



LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL: OS SENTIDOS PRODUZIDOS PELO ENUNCIADOR DE BENVENISTE EM BULAS DE REMÉDIO

*Reading and textual production: the meanings produced by Benveniste's enunciator in
medicine leaflets*

Fabio André Cardoso Coelho

Universidade Federal Fluminense (UFF).
fabiocoelho1976@gmail.com

Ivana Quintão de Andrade

Universidade Federal Fluminense (UFF).
ivanaquintao@id.uff.br

Janine Maria Rocha da Silva

Universidade Federal Fluminense (UFF)
janine_maria76@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo pretende propor um estudo sobre os efeitos de sentido produzidos pelas categorias de pessoa de Benveniste (1989) e a sua aplicabilidade na elaboração de atividades acadêmicas de leitura e produção textual. Para tal, elegemos a Teoria da Enunciação de Benveniste, tirando dela o que poderia ser instalado no nosso escopo de preocupações: as noções de pessoa (Eu e Tu). Ao instaurar a categoria de pessoa, Benveniste define as pessoas do discurso, EU/TU, as quais só ganham plenitude quando assumidas por um falante, aquele que se coloca no discurso, com base numa realidade que lhe é particular – declarando, assim, a subjetividade. Já a terceira pessoa (a não pessoa, Ele), ao contrário, é um signo pleno, uma categoria da língua, que tem referência objetiva e cujo valor independe da enunciação – marcando, nesse caso, a objetividade. A fim de intervir na elaboração de atividades de leitura e produção textual que trabalhem com os efeitos de sentido gerados pelas escolhas linguísticas feitas pelo locutor, utilizaremos como *corpus* dois textos pertencentes ao gênero discursivo bula de remédio e, para analisá-lo, nos guiamos na categoria de pessoa da Teoria de Benveniste e, como aporte teórico, os pressupostos da Linguística Textual no que eles tangem a alguns critérios de textualidade e argumentação. Além disso, propusemos algumas reflexões que nos fazem acreditar que é possível vislumbrar um leitor e um produtor de textos conectado com uma concepção pragmático-cognitiva da textualidade.

Palavras-Chave: Teoria da Enunciação. Categorias de pessoa. Ensino de leitura e escrita. Bulas de remédio.

Abstract: This paper intends to propose a study on the effects of meaning produced by Benveniste's (1989) person categories and their applicability in the elaboration of academic activities of reading and textual production. To this end, we have elected Benveniste's Theory of Enunciation, drawing from it

what could be installed in our scope of concerns: the notions of person (I and thou). By establishing the category of person, Benveniste defines the persons of discourse, I/THOU, which only gain fullness when assumed by a speaker, the one who places himself in the discourse, based on a reality that is particular to him - thus declaring subjectivity. The third person (the non-person, He), on the other hand, is a full sign, a category of language, which has objective reference and whose value is independent of the enunciation - marking, in this case, objectivity. In order to intervene in the development of reading and textual production activities that work with the effects of meaning generated by linguistic choices made by the speaker, we will use as corpus two texts belonging to the discursive genre medicine leaflet and, to analyze it, we are guided by the category of person of Benveniste's Theory and, as theoretical support, the assumptions of Textual Linguistics in what they regard some criteria of textuality and argumentation. Moreover, we proposed some reflections that make us believe that it is possible to glimpse a reader and a producer of texts connected with a pragmatic-cognitive conception of textuality.

Keywords: *Enunciation Theory. Person categories. Reading and writing teaching. Medicine leaflet.*

INTRODUÇÃO

Quando nós, professores de língua portuguesa, falamos em *ensino de leitura e produção textual*, devemos, primeiramente, nos questionar sobre a nossa posição teórica acerca da linguagem, já que esse é o olhar que acabará definindo o modo como conduziremos essas importantes práticas escolares.

Se pensarmos a linguagem como um objeto neutro e transparente, é provável que nossas aulas de leitura valorizem mais a sonorização, decodificação de palavras e frases, bem como a extração de informações presentes na superfície textual. E nossas aulas de produção textual, apenas a organização sintática dos termos das orações, a acentuação das palavras, a pontuação, dentre outros aspectos gramaticais. Ora, pensar as atividades de leitura e escrita desse modo significa pensar a linguagem somente pelo viés do enunciado.

No entanto, se pensarmos a linguagem como um objeto que extrapola o enunciado, é provável que nossas aulas de leitura valorizem mais a interpretação das estratégias linguísticas feitas pelo locutor, sua intencionalidade e o contexto de produção. E nossas aulas de produção textual, os mecanismos linguísticos à disposição do locutor para atingir seus objetivos comunicativos. Ora, pensar as atividades de leitura e produção textual desse modo significa pensar a linguagem não somente pelo viés do enunciado, como também pelo viés da enunciação, isto é, da “língua a serviço do homem que a utiliza e por meio da qual ele se define” (Benveniste, 1991, p. 86).

Neste artigo, a linguagem será tomada com base nessa segunda concepção, pois é a partir dela que será possível verificar a interlocução entre o produtor, o texto e o leitor. Por isso, a linguagem será tratada como um objeto constituído de duas camadas que se complementam entre si: a camada explícita, onde está o enunciado; e a camada implícita, onde está a enunciação. Considerar essa relação de complementaridade nas aulas de leitura e produção textual é levar os alunos a “manusear” as ferramentas linguísticas que a língua lhes oferece para produzir sentidos para os textos que ele lê ou para os textos que ele escreve.

A questão que nos leva a pensar sobre estratégias que potencializem as práticas de leitura e escrita no ensino, sobretudo no espaço acadêmico, é o fato de ainda existir uma insatisfação quase generalizada com o desempenho linguístico-discursivo dos alunos que chegam às universidades. Em linhas gerais, espera-se que o aluno, ao longo dos 12 anos da Educação Básica, esteja apto a ler e compreender um texto (seja qual for o gênero) e a escrever um texto inteligível (coeso, coerente e claro), adequado a uma situação específica real de uso que corresponda à modalidade escrita formal da língua. Diante desse cenário, faz-se urgente repensar de que forma as práticas de letramento acadêmico podem aprimorar a competência textual e comunicativa dos alunos a fim de que ela cumpra o seu papel primeiro: o de desenvolver, no seu alunado, as habilidades de leitura e produção textual que os levem a compreender aquilo que Silva tanto defende:

Quando *escrevemos*, devemos saber que um texto não é só informação, ele é também argumentação. Quando *lemos*, devemos perceber para que direção as palavras dos autores nos levam; do que se aproximam, do que nos afastam. (Silva, 2010, p. 93)

Uma proposta de intervenção nas práticas de leitura e escrita é o que se fará neste artigo. Procuraremos apresentar um exemplo de leitura de textos que parte do enunciado para chegar à enunciação. Ao final, elaboraremos uma atividade de produção textual que mostre a importância, principalmente, do conhecimento linguístico e textual na escritura de textos durante a vida universitária dos estudantes. Para isso, utilizaremos a categoria de pessoa da Teoria de Benveniste e, como aporte teórico, os pressupostos

da Linguística Textual no que eles tangem a alguns critérios de textualidade e argumentação.

Uma breve incursão pelos estudos da linguagem

Antes de tratarmos dos efeitos de sentido produzidos pelas categorias de pessoa de Benveniste (1989) e a sua aplicabilidade na elaboração de atividades acadêmicas de leitura e produção textual, é necessário estabelecermos um nível de contextualização que possa situar, panoramicamente, a Teoria da Enunciação no cenário dos estudos linguísticos.

Segundo Orlandi (2012), podem-se reconhecer duas grandes tendências principais na trama constitucional do pensamento linguístico: o Formalismo, que se ocupa do percurso psíquico da linguagem, observando a relação entre linguagem e pensamento, a fim de buscar o que é único, universal, constante; e o Sociologismo, que se dedica aos estudos que tratam da relação entre linguagem e sociedade, uma relação marcada pelo que é multifacetado e inconstante.

Essa divisão colocou, no mínimo, em dois lados opostos, os estudiosos da linguagem: aqueles que acreditam na existência de uma ordem interna, própria da língua; e os que defendem que essa ordem reflete a relação da língua com a exterioridade e suas determinações históricas, ideológicas e sociais.

O primeiro grupo, de base formalista, teve de construir um arcabouço teórico-metodológico capaz de estudar a língua cientificamente, a fim de constituí-la como objeto autônomo de dependências internas. Para isso, segundo Orlandi (2012), foi necessário operar alguns reducionismos na construção do objeto. Por exemplo, os dois dos grandes representantes da ciência linguística, Saussure e Chomsky, deixaram de lado a situação real de uso. O primeiro abriu mão da *parole*; o segundo, do desempenho. Logo, para tornarem a língua um objeto observável cientificamente, ambos tiveram que se ater ao que é virtual e abstrato (a língua e a competência).

Esses redutivismos operados nos estudos linguísticos abriram a brecha para as investigações do segundo grupo de pesquisadores, de tendência sociologista, os quais procuraram estudar o que Saussure e Chomsky haviam deixado de fora: o sujeito, sua intenção, o contexto e a história – aspectos circunscritos à fala, isto é, ao uso.

Por conseguinte, deixou-se de ver a língua como lugar de representação apenas de significados objetivos, para considerá-la como meio convencional de agir no mundo; passou-se a considerar a linguagem como um instrumento de argumentação e interação e não somente de informação; concebeu-se o texto, e não mais a frase, como unidade de sentido, caracterizou-se o discurso como lugar, ao mesmo tempo, do social e do individual. Com esses novos olhares, foram surgindo disciplinas como a Sociolinguística, a Psicolinguística, a Pragmática, a Teoria da Enunciação, a Análise do discurso, a Linguística Textual, a Semiologia, dentre outras.

Após termos estabelecido esse breve panorama do percurso do pensamento linguístico, é preciso dizer que, no bojo das vertentes acima mencionadas, situa-se uma que nos interessa, em especial: a Teoria da Enunciação, de Benveniste. Dentre os vários pressupostos defendidos por essa vertente, elegemos, como escopo teórico de nosso trabalho, a *categoria de pessoa*, pois acreditamos que ela poderá nos ajudar a refletir acerca do sujeito no processo enunciativo, tendo em vista as práticas de letramento que contribuam para o amadurecimento do domínio da leitura e da escrita acadêmicas.

A descrição da categoria de pessoa de Benveniste

Cabe ressaltar, inicialmente, que Benveniste considera Saussure um ponto de referência essencial para o desenvolvimento dos estudos da linguagem. No entanto, enquanto Saussure considerava a linguagem como um sistema de signos que servia como reprodução do pensamento, ou um mero condutor de informação, Benveniste defendia que “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (Benveniste, 1989, p. 222), reafirmando que, em se tratando de linguagem, é preciso considerar os sujeitos, suas intenções comunicativas, a historicidade, o contexto de produção.

Em linhas gerais, podemos dizer que foi a partir de Benveniste (1989) que se pôde perceber, nos fenômenos relativos ao funcionamento da língua, a existência de determinadas categorias que somente fazem sentido na enunciação, ou seja, no uso efetivo da fala. São elas: a categoria de pessoa, a categoria de lugar e a categoria de tempo¹. Dentre essas categorias, falaremos, mais especificamente, da categoria de pessoa, porque ela será a base para a análise do *corpus* e para nossa proposta de ensino de leitura e produção textual.

Vamos iniciar chamando a atenção para as “pessoas do discurso”, que, segundo o ensino tradicional, são constituídas pelos pronomes *eu*, *tu*, *ele*, *nós*, *vós*, *eles*. Levando-se em conta sua característica flexiva, podemos dizer que só a forma *ele* possui a flexão de gênero: *ele/ela*. Por exemplo, *Carlos e Sílvia trabalham no mesmo Departamento. Ele é engenheiro; ela, secretária*. Por outro lado, *Eu/tu* são usados tanto para o masculino quanto para o feminino: “*Carlos, tu estarás amanhã na reunião do Departamento? Se tu fores, gostaria que tu avisasses ao chefe que eu não poderei estar presente. Assinado: Sílvia*”. Nos dois primeiros períodos, o *tu* se refere a Carlos (masculino), ao passo que o *eu* se refere à Sílvia (feminino). Se no lugar do vocativo Carlos, colocarmos Sílvia, e no lugar de Sílvia, colocarmos Carlos, não será necessário substituímos as pessoas *tu* e *eu* no texto propriamente dito. Isso prova que esses pronomes são usados tanto para o masculino quanto para o feminino.

Quanto à flexão de número, é importante observar que só os pronomes *ele* e *ela* fazem a flexão de plural com o acréscimo de -s: *eles/elas*. E os pronomes *Eu* e *Tu* fazem o plural por heteronímia: *eu/nós* e *tu/vós*.

No entanto, ao deslocar o estudo da categoria de pessoa para a instância da enunciação, Benveniste (1991) operou uma importante redução quantitativo-qualitativa. Para esse linguista, o *Eu* é a pessoa que fala; logo, é o actante da enunciação. O *Tu* é a pessoa com quem se fala; logo, é o actante da enunciação. *Ele* é a não pessoa; logo, não

¹ O *eu* realiza o ato de dizer num determinado tempo e num dado espaço (Fiorin, 2009, p. 56). *Aqui* é espaço do *eu*, a partir do qual todos os espaços são ordenados (*aí*, *lá*, etc.); *agora* é o momento em que o *eu* toma a palavra e, a partir dele, toda a temporalidade linguística é organizada.

é actante². O pronome *Nós*, contudo, não deve ser considerado o plural do *eu*, mas, sim, uma pessoa ampliada, pois é o *eu* falando em seu nome e no de outros. Portanto, o *eu* não teria plural. Seguindo esse raciocínio, o *Vós* não seria o plural do *tu*, mas a ampliação do *tu*, que, por sua vez, já está no sistema. O pronome *Eles* é o plural da não pessoa; logo, não é actante. Conclui-se, assim, que, para Benveniste (idem), as pessoas da enunciação são apenas o *eu* e o *tu*³. A própria designação de “não pessoa”, atribuída ao *Ele*, reitera a sua não pessoalidade.

Entendemos que esse recorte conduzido por Benveniste pôde revelar duas coisas: a) no processo enunciativo, *Eu* e *Tu*, os parceiros da enunciação, pertencem ao nível pragmático da linguagem, pois cada vez que um deles se coloca no discurso, faz-se referência a realidades distintas. Já o *Ele*, a não pessoa, pertenceria ao nível sintático, pois se combina com a referência objetiva independente da instância enunciativa que a contém; b) ao opor *Eu/Tu*, os actantes da enunciação, a *Ele*, o não actante, Benveniste opõe as noções de subjetividade/objetividade.

É na instalação dessas pessoas – *Eu*, *Tu*, *Ele* – no discurso que está nosso interesse maior, pois a partir dela podemos levar os alunos a identificar os efeitos de sentido provocados pelo enunciador e, assim, levá-los a um nível de leitura e escrita menos ingênuo e mais produtivo.

Como foi dito, as pessoas *eu* e *tu*, que se caracterizam como as categorias de discurso no processo da enunciação, só assumem essa plenitude quando instituídas por um falante no momento do discurso:

(...) a emergência dos índices de pessoa (a relação eu-tu) não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário. (Benveniste, 1989, p. 84)

Essa consideração é sempre móvel, recíproca e reversível, pois, ao enunciar, o *eu* instaura um *tu*, que, por sua vez, assume o papel do *eu* quando toma o discurso. Além disso, ela revela a existência, na linguagem, de marcas que apontam para a

² Ele não é actante, porque se refere a tudo o que pode ser assunto do *eu* e do *tu*, ou até mesmo pode representar uma infinidade de sujeito, ou nenhum. Uma boa evidência da não pessoalidade do *Ele* é o seu uso nas orações sem sujeito (sem pessoa): Choveu. Trovejou.

³ É importante salientar que, no português do Brasil, devido a pouca rentabilidade do pronome *tu*, ele é constantemente substituído pelo pronome *você*.

subjetividade do enunciado. A subjetividade é entendida, por Benveniste, como o resultado do trabalho do enunciador em se mostrar no enunciado, isto é, em se propor como “sujeito” na língua posta em uso:

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem se fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego. A subjetividade de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como *sujeito* (...) (Benveniste, 1989, p. 286)

Em contrapartida, a terceira pessoa (*ele*, a não pessoa) é situada fora da instância enunciativa, isto é, não faz parte da situação de comunicação, posto ser ela uma pessoa ausente. Esse pressuposto revela a existência, na linguagem, de marcas que apontam para a objetividade do enunciado. A objetividade é entendida como o resultado do trabalho do enunciador em se apagar no enunciado, isto é, em se propor como a *não pessoa* na língua posta em uso.

Segundo Benveniste, “a forma dita de terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma pessoa específica” (Benveniste, 1989, p. 250), por isso, na teoria benvenistiana, destaca-se que o *ele* pode comportar qualquer sujeito, qualquer pessoa.

No entanto, é preciso enfatizar que o postulado básico para a linguística moderna, da teoria de Benveniste, é a questão da subjetividade. Ela veio à tona porque é inevitável sua presença quando se estuda a relação entre a linguagem e os sentidos, já que o sujeito é o cerne dessa relação. De acordo com o autor,

O fundamento da subjetividade repousa sobre a categoria de pessoa presente no sistema da língua; todavia essa subjetividade depende da inversibilidade do par eu-tu, a qual assegura um fator fundamental na atribuição de sentido à categoria de pessoa - a intersubjetividade. (Benveniste, 1991, p. 288)

Portanto, não existe o *eu* sem o *tu* – e sem o mundo – e vice-versa. Não há entidades individuais, mas relacionais e complementares. Embora para Benveniste, no que ele se refere à subjetividade, possa haver uma reciprocidade e reversibilidade entre o eu e o tu, essa condição dialógica não significa simetria. Como afirma Brandão:

Nessa correlação de subjetividade, Benveniste reconhece uma transcendência do primeiro sobre o segundo ('o ego tem sempre uma posição de transcendência em relação ao *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares e ao mesmo tempo reversíveis'). O *eu* se caracteriza ainda por ser único na instância discursiva e válido somente na unicidade. (Brandão, 2013, p. 56)

Logo, mesmo reconhecendo a figura do alocutário (*tu*) como indispensável à relação discursiva, Benveniste (1989) considera o ego o centro da enunciação e do sentido, ou seja, a fonte do dizer. Concernente a isso, Brandão (2013) afirma que, atualmente, parece haver uma discordância em relação à teoria benvenistiana, pois, segundo a autora, é consenso que “a subjetividade é inerente a toda linguagem e sua constituição se dá mesmo quando não se enuncia o *eu*” (Brandão, 2013, p. 57). Os discursos que utilizam as formas impessoais ou vazias do *eu* não querem dizer que não haja subjetividade, como acontece, por exemplo, nas matérias jornalísticas, nos ensaios, nas teses, nas monografias, no discurso jurídico e até nas bulas de remédio. Ou seja, existiria um “apagamento” intencional do sujeito nesse tipo de enunciação. Como assevera a autora:

Os discursos que utilizam as formas indeterminadas, impessoais como o discurso científico, por exemplo, ou o discurso do esquizofrênico em que o locutor utiliza o *ele* para se referir a si mesmo – mostram uma enunciação que mascara sempre um sujeito. Nesses tipos de enunciação, o sujeito enuncia de outro lugar, postando-se numa outra perspectiva, seja a da impessoalidade em busca de uma objetivação dos fatos ou de um apagamento da responsabilidade pela enunciação, seja a da capacidade patológica de assunção de um *eu*. (Brandão, 2013, p. 57-58)

No artigo “Uma aplicação da categoria de pessoa da teoria da enunciação de Émile Benveniste no ensino de leitura” (Andrade, 2015, p. 194), questiona-se: “Se é possível encontrar marcas de subjetividade num texto considerado objetivo, também deve ser possível encontrar marcas de objetividade num texto subjetivo”. Na tentativa de confirmar essa hipótese, a autora analisa palavras e construções sintáticas de dois tipos de texto que a tradição escolar considera como antagônicos: o texto objetivo e o

texto subjetivo. O resultado das análises comprovou, entre outras coisas, que as articulações linguísticas presentes no enunciado nada mais são do que um jogo de máscaras do dizer, um jogo orquestrado pelo enunciador. Portanto, o enunciador se mostra sempre presente, seja quando ele coloca a máscara da subjetividade, seja quando ele coloca a máscara da objetividade. “Não basta o texto estar recheado de 1ª. ou 3ª. pessoa; é preciso saber identificar os graus de objetividade e de subjetividade ali presentes, quando então será possível observar as representações do EU” (Andrade, 2015, p. 203).

No tocante à questão da subjetividade em Benveniste, pode-se confirmar que o procedimento de mascarar não deixa de ser uma forma de constituir e marcar a subjetividade, uma vez que o locutor pode deslocar o foco do seu dizer para outras formas do paradigma de pessoa com o objetivo de desempenhar outros papéis discursivos. Em relação a isso, pode-se afirmar que, mesmo diante do “apagamento” do *eu*, a imparcialidade é um mito. Para Koch,

Todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a de sua própria objetividade. (Koch, 2004, p. 17)

Em outras palavras, o homem não consegue deixar de aparecer nas formas que ele assume em seu discurso, quer seja de forma explícita, quer seja de forma implícita. É possível, através da subjetividade, que o sujeito revele, em maior ou menor grau, as suas intenções com objetivos persuasivos, assim como acontece na produção textual de alguns gêneros argumentativos. Afinal, sabemos que a intenção última de todo texto não é apenas informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo dito. Conforme mostra Fiorin:

Nesse jogo persuasivo, o enunciador utiliza-se de certos procedimentos argumentativos visando a levar o enunciatário a admitir como certo, como válido o sentido produzido. (...) Todos os discursos têm um componente argumentativo, uma vez que todos visam a persuadir. É claro que alguns se assumem como explicitamente argumentativos, como os discursos publicitários, enquanto outros não se apresentam como tal, como os discursos

científicos, que se mostram como discursos informativos. (Fiorin, 2009, p. 75)

A aceitação desse postulado nos faz crer que todo discurso é subjetivo, já que, em todo momento, o homem critica, avalia, debate, posiciona-se, a fim de tentar influenciar o comportamento do outro, ou que o leve a crer naquilo que lhe é transmitido, a fim de compartilhar a mesma opinião. Sob esse aspecto, as construções linguísticas que imprimem maior ou menor grau de subjetividade aos textos seriam as peças principais desse jogo argumentativo.

Metodologia

Para o trabalho com a categoria de pessoa de Benveniste, tendo em vista o ensino da leitura e produção textual, utilizaremos dois textos pertencentes ao gênero discursivo⁴ *bula de remédio*. Seleccionamos tal gênero, porque ele apresenta grande circulação nas relações interdiscursivas e sociais dos alunos de todos os níveis de ensino.

Para respeitar os limites deste artigo, foi necessário operar um recorte em relação ao conjunto dos enunciados que compõem as bulas. Por isso, nosso *corpus* será constituído da parte inicial (Fig. 1 e Fig. 2) e da parte final (Fig. 3) desses textos. Uma bula refere-se ao medicamento Cataflam (Laboratório Novartis), que corresponde à solução de referência (diclofenaco potássico); a outra bula refere-se ao medicamento genérico – ambos os modelos aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)⁵. O medicamento de referência corresponde ao que se conhece como

⁴ Apesar de este trabalho estar inserido em uma proposta que tem como *corpus* o gênero “bula de remédio”, não é nossa intenção aqui discorrer sobre os princípios teóricos que adotam a nomenclatura “gênero discursivo” ou “gênero textual”, já que não nos cabe julgar se é mais pertinente o uso de uma ou de outra. Sabemos que, para alguns estudiosos, esses termos podem ser utilizados como expressões de conceitos distintos ou como expressões diferentes para o mesmo conceito. Entretanto, não é nossa preocupação neste momento apontar a diferença entre um e outro. Mediante a esse dualismo, optaremos pela vertente que emprega o rótulo classificatório “gênero discursivo” adotado por Bakhtin (2003), que leva em consideração três aspectos constitutivos fundamentais: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo.

⁵ Com o objetivo de facilitar a leitura de bulas, a ANVISA elaborou, em 2009, um *Guia de Redação de Bulas*, com base no trabalho Frade (2004). Esse guia apresenta uma série de princípios e regras que

medicamento original. Já o genérico é aquele que contém o mesmo princípio ativo do medicamento de referência. A bula do remédio original será, doravante, denominada Bula de remédio 1 (Fig. 1); e a do medicamento genérico, Bula de remédio 2 (Fig. 2).

A preferência por esse medicamento se deu em função de ele ser, segundo o jornal eletrônico *Gazeta do Povo*⁶, um dos mais consumidos do mundo.

A escolha pela bula do remédio original e a bula do remédio genérico se justifica, primeiramente, porque ainda é reduzido o número de trabalhos que se proponham a analisar, à luz da Teoria da Enunciação, textos de bulas que veiculem informações sobre o medicamento original e o medicamento genérico. Em segundo lugar, porque acreditamos que, a partir da análise da materialidade linguística – lugar da seleção lexical, das marcas dos tempos e modos verbais, da repetição vocabular, etc. –, será possível identificar: a) os traços relativamente estáveis, característicos do gênero; b) os traços identitários do enunciador; c) os traços identitários do enunciatário, projetados pelo enunciador.

Gostaríamos de assinalar que, segundo o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Brasil está entre os 10 países que mais consome medicamentos no mundo. Tal informação contribui para reforçar a escolha do *corpus* para análise, visto que a bula de remédio faz parte do contexto social em que todos nós estamos inseridos, afinal, quem nunca precisou consultar a bula de uma ação medicamentosa?

Análise do corpus

A fim de intervir na elaboração de atividades de leitura e produção textual que trabalhem com os efeitos de sentido gerados pelas escolhas linguísticas feitas pelo locutor, sugerimos que o professor leve os alunos a identificar, na superfície textual, os recursos linguísticos selecionados pelos enunciadores da Bula de remédio 1 (Fig. 1) e da Bula de remédio 2 (Fig. 2). Para facilitar a análise do *corpus*, as imagens das Bulas 1 e 2 estão postas logo no início desta seção, como se pode ver a seguir.

devem ser observadas na redação de bulas, a fim de torná-las mais claras, concisas e acessíveis ao paciente.

⁶ Disponível em: [<https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/saude-e-bem-estar/estudo-relaciona-remedio-anti-inflamatorio-problemas-coracao/>] Acesso em: 07 jun. 2022.

Figura 1: Bula de remédio 1 - Cataflam (Parte Inicial)

NOVARTIS

CATAFLAM®

diclofenaco potássico

APRESENTAÇÕES

Cataflam® 50 mg - embalagens contendo 10 ou 20 drágeas.

VIA ORAL

USO ADULTO E PEDIÁTRICO ACIMA DE 14 ANOS

COMPOSIÇÃO

Cada drágea de Cataflam® contém 50 mg de diclofenaco potássico.

Excipientes: estearato de magnésio, povidona, dióxido de silício, amidoglicolato de sódio, amido, fosfato de cálcio tribásico, dióxido de titânio, celulose microcristalina, macrogol, óxido de ferro vermelho, talco, sacarose e palmitato de cetila.

INFORMAÇÕES AO PACIENTE

1. PARA QUE ESTE MEDICAMENTO É INDICADO?

Cataflam® drágeas é indicado para o tratamento de curto prazo, das seguintes condições:

- Entorses, distensões e outras lesões;
- Dor e inflamação no pós-operatório;
- Condições inflamatórias dolorosas em ginecologia, incluindo períodos menstruais;
- Dor nas costas, síndrome do ombro congelado, cotovelo de tenista e outros tipos de reumatismo;
- Infecções do ouvido, nariz e garganta.

Respeitando os princípios terapêuticos gerais de que a doença básica deve ser adequadamente tratada. Febre isolada não é uma indicação. Cataflam® também pode ser utilizado para outras condições conforme determinado pelo seu médico.

2. COMO ESTE MEDICAMENTO FUNCIONA?

Antes de tomar Cataflam®, leia atentamente esta bula. Você deve guardá-la com você, pois pode ser necessário utilizá-la novamente. Se você tiver dúvidas, consulte o seu médico ou farmacêutico. Não dê seu medicamento para mais ninguém usar e não use este medicamento para tratar qualquer outra doença pela qual este medicamento não é indicado. Se algum dos efeitos adversos lhe afetar gravemente, ou se notar quaisquer efeitos adversos não mencionados nesta bula, informe o seu médico ou farmacêutico. A substância ativa de Cataflam® drágeas é o diclofenaco potássico. Cataflam® pertence a um grupo de medicamentos chamados anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) usados para tratar dor e inflamação.

Cataflam® alivia os sintomas da inflamação, tais como dor e inchaço, bloqueando a síntese de moléculas (prostaglandinas) responsáveis pela inflamação, dor e febre. Não tem nenhum efeito na causa da inflamação ou febre.

Se você tem qualquer dúvida sobre como Cataflam® funciona ou porque ele foi indicado a você, pergunte ao seu médico.

Cataflam® possui rápido início de ação, o que o torna particularmente adequado para o tratamento de estados dolorosos e/ou inflamatórios agudos.

3. QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?

Você não pode tomar este medicamento se:

- for alérgico (hipersensibilidade) ao diclofenaco ou a qualquer outro componente da formulação, descrito no início desta bula;
- já teve reação alérgica após tomar medicamentos para tratar inflamação ou dor (ex.: ácido acetilsalicílico, diclofenaco ou ibuprofeno). As reações

alérgicas podem ser asma, secreção nasal, rash cutâneo (vermelhidão na pele com ou sem descamação) e inchaço do rosto, lábios, língua, garganta e/ou extremidades (sinais de angioedema). Se você suspeita que possa ser alérgico, pergunte ao seu médico antes de usar este medicamento;

- tem úlcera no estômago ou no intestino;
- tem sangramento ou perfuração no estômago ou no intestino, sintomas que podem resultar em sangue nas fezes ou fezes escuras;
- sofre de insuficiência hepática e renal;
- tem insuficiência cardíaca grave;

• você está nos últimos três meses de gravidez.

Se você apresenta alguma destas condições descritas acima, avise ao seu médico e não tome Cataflam® drágeas.

Se você acha que pode ser alérgico, informe seu médico.

Este medicamento é contraindicado para uso por pacientes com doença grave no fígado ou nos rins.

Este medicamento é contraindicado para uso por pacientes com insuficiência cardíaca grave.

Este medicamento não deve ser utilizado por mulheres grávidas sem orientação médica. Informe imediatamente seu médico em caso de suspeita de gravidez.

4. O QUE DEVO SABER ANTES DE USAR ESTE MEDICAMENTO?

Siga todas as instruções do seu médico cuidadosamente. Elas podem diferir das informações gerais contidas nesta bula.

Tenha especial cuidado com Cataflam®:

- se você tiver doença no coração estabelecida ou nos vasos sanguíneos (também chamada de doença cardiovascular, incluindo pressão arterial alta não controlada, insuficiência cardíaca congestiva, doença isquêmica cardíaca estabelecida, ou doença arterial periférica), o tratamento com Cataflam® geralmente não é recomendado;
- se você tiver doença cardiovascular estabelecida (vide acima) ou fatores de risco significativos, como pressão arterial elevada, níveis anormalmente elevados de gordura (colesterol, triglicérides) no sangue, diabetes, ou se você fuma, e seu médico decidir prescrever Cataflam®, você não deve aumentar a dose acima de 100 mg por dia, se você for tratado por mais de 4 semanas;
- em geral, é importante tomar a menor dose de Cataflam® que alivia a dor e/ou inchaço e durante o menor tempo possível, de modo a manter menor possível, o risco de efeitos secundários cardiovasculares;
- se você está tomando Cataflam® simultaneamente com outros anti-inflamatórios incluindo ácido acetilsalicílico, corticoides, anticoagulantes ou inibidores seletivos da recaptação de serotonina (vide "Interações medicamentosas");
- se você tem asma ou febre do feno (rinite alérgica sazonal);
- se você já teve problemas gastrointestinais como úlcera no estômago, sangramento ou fezes escuras, ou se já teve desconforto no estômago ou azia após ter tomado anti-inflamatórios no passado;
- se você tem inflamação no cólon (colite ulcerativa) ou no trato intestinal (Doença de Crohn);
- se você tem problemas no fígado ou nos rins;
- se você estiver desidratado (ex.: devido a uma doença, diarreia, antes ou depois de uma cirurgia de grande porte);

Fonte: Bula do remédio Cataflam.

Figura 2: Bula de remédio 2 - Diclofenaco Potássico (Parte 1)

diclofenaco potássico
Medicamento genérico Lei nº 9.787, de 1999

APRESENTAÇÃO
Comprimido revestido de 50 mg: embalagem com 20 comprimidos revestidos.

USO ORAL
USO ADULTO E PEDIÁTRICO ACIMA DE 14 ANOS

COMPOSIÇÃO
Cada comprimido revestido contém:
diclofenaco potássico 50 mg
Excipientes* q.s.p.: 1 comprimido revestido
*dióxido de silício coloidal, amidoglicolato de sódio, estearato de magnésio, fosfato de cálcio dibásico anidro, celulose microcristalina, croscarmellose sódica, laurilsulfato de sódio, talco farmacêutico, dióxido de titânio, corante amarelo crepúsculo, óxido férrico, macrogol, dimetilaminoetil metacrilato: butil metacrilato: metil metacrilato.

I. INFORMAÇÕES AO PACIENTE

1. PARA QUE ESTE MEDICAMENTO É INDICADO?
Diclofenaco potássico comprimido revestido é indicado para o tratamento de curto prazo, das seguintes condições:

- Entorses, distensões e outras lesões;
- Dor e inflamação no pós-operatório;
- Condições inflamatórias dolorosas em ginecologia, incluindo períodos menstruais;
- Dor nas costas, síndrome do ombro congelado, cotovelo de tenista e outros tipos de reumatismo;
- Infecções do ouvido, nariz e garganta.

Respeitando os princípios terapêuticos gerais de que a doença básica deve ser adequadamente tratada. Febre isolada não é uma indicação. Diclofenaco potássico também pode ser utilizado para outras condições conforme determinado pelo seu médico.

2. COMO ESTE MEDICAMENTO FUNCIONA?
Antes de tomar diclofenaco potássico, leia atentamente esta bula. Você deve guardá-la com você, pois pode ser necessário utilizá-la novamente. Se você tiver dúvidas, consulte o seu médico ou farmacêutico. Não dê seu medicamento para mais ninguém usar e não use este medicamento para tratar qualquer outra doença pela qual este medicamento não é indicado. Se algum dos efeitos adversos lhe afetar gravemente, ou se notar quaisquer efeitos adversos não mencionados nesta bula, informe o seu médico ou farmacêutico.

A substância ativa de diclofenaco potássico comprimido revestido é o diclofenaco potássico.

Diclofenaco potássico pertence a um grupo de medicamentos chamados anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) usados para tratar dor e inflamação.

Diclofenaco potássico alivia os sintomas da inflamação, tais como dor e inchaço, bloqueando a síntese de moléculas (prostaglandinas) responsáveis pela inflamação, dor e febre. Não tem nenhum efeito na causa da inflamação ou febre.

Se você tem qualquer dúvida sobre como diclofenaco potássico funciona ou porque ele foi indicado a você, pergunte ao seu médico.

Diclofenaco potássico possui rápido início de ação, o que o torna particularmente adequado para o tratamento de estados dolorosos e/ou inflamatórios agudos.

3. QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?
Você não pode tomar este medicamento se:

- for alérgico (hipersensibilidade) ao diclofenaco ou a qualquer outro componente da formulação, descrito no início desta bula;
- já teve reação alérgica após tomar medicamentos para tratar inflamação ou dor (ex.: ácido acetilsalicílico, diclofenaco ou ibuprofeno). As reações alérgicas podem ser asma, secreção nasal, rash cutâneo (vermelhidão na pele com ou sem descamação) e face inchada. Se você suspeita que possa ser alérgico, pergunte ao seu médico antes de usar este medicamento;
- tem úlcera no estômago ou no intestino;
- tem sangramento ou perfuração no estômago ou no intestino, sintomas que podem resultar em sangue nas fezes ou fezes escuras;
- sofre de insuficiência hepática e renal;
- tem insuficiência cardíaca grave;
- você está nos últimos três meses de gravidez.

Se você apresenta alguma destas condições descritas acima, avise ao seu médico e não tome diclofenaco potássico comprimido revestido.

Se você acha que pode ser alérgico, informe seu médico.

Este medicamento é contraindicado para uso por pacientes com doença grave no fígado ou nos rins.
Este medicamento é contraindicado para uso por pacientes com insuficiência cardíaca grave.
Este medicamento não deve ser utilizado por mulheres grávidas sem orientação médica. Informe imediatamente seu médico em caso de suspeita de gravidez.

4. O QUE DEVO SABER ANTES DE USAR ESTE MEDICAMENTO?
Siga todas as instruções do seu médico cuidadosamente. Elas podem diferir das informações gerais contidas nesta bula.

Tenha especial cuidado com diclofenaco potássico:

- se você tiver doença no coração estabelecida ou nos vasos sanguíneos (também chamada de doença cardiovascular, incluindo pressão arterial alta não controlada, insuficiência cardíaca congestiva, doença isquêmica cardíaca estabelecida, ou doença arterial periférica), o tratamento com diclofenaco potássico geralmente não é recomendado;
- se você tiver doença cardiovascular estabelecida (vide acima) ou fatores de risco significativos, como pressão arterial elevada, níveis anormalmente elevados de gordura (colesterol, triglicérides) no sangue, diabetes, ou se você fuma, e seu médico decidir prescrever diclofenaco potássico, você não deve aumentar a dose acima de 100 mg por dia, se você for tratado por mais de 4 semanas;
- em geral, é importante tomar a menor dose de diclofenaco potássico que alivia a dor e/ou inchaço e durante o menor tempo possível, de modo a manter menor possível, o risco de efeitos secundários cardiovasculares;
- se você está tomando diclofenaco potássico simultaneamente com outros anti-inflamatórios incluindo ácido acetilsalicílico, corticoides, anticoagulantes ou inibidores seletivos da recaptação de serotonina (vide "Interações medicamentosas");
- se você tem asma ou febre do feno (rinite alérgica sazonal);
- se você já teve problemas gastrointestinais como úlcera no estômago, sangramento ou fezes escuras, ou se já teve desconforto no estômago ou azia após ter tomado anti-inflamatórios no passado;
- se você tem inflamação no cólon (colite ulcerativa) ou no trato intestinal (Doença de Crohn);
- se você tem problemas no fígado ou nos rins;
- se você estiver desidratado (ex.: devido a uma doença, diarreia, antes ou depois de uma cirurgia de grande porte);

Fonte: Bula do remédio Diclofenaco Potássico.

Figura 3: Bulas dos remédios 1 e 2 - Cataflam/Diclofenaco Potássico (Parte Final)

DIZERES LEGAIS

MS - 1.0068.0038

Farm. Resp.: Flavia Regina Pegorer

CRF-SP 18.150

Registrado por:

Novartis Biociências S.A.

Av. Prof. Vicente Rao, 90 São Paulo - SP

CNPJ: 56.994.502/0001-30

Indústria Brasileira

Fabricado por:

Anovis Industrial Farmacêutica Ltda.,

Taboão da Serra, SP

® = Marca registrada de Novartis AG,

Basileia, Suíça.

VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA**Esta bula foi aprovada pela Anvisa em 06.03.2018.**

BPL 05.02.18

2017-PSB/GLC-0910-s

VP6

4017382 BR



Laetus: 1048

DIZERES LEGAIS

MS - 1.0068.0038

Farm. Resp.: Flavia Regina Pegorer

CRF-SP 18.150

Registrado por:

Novartis Biociências S.A.

Av. Prof. Vicente Rao, 90 São Paulo - SP

CNPJ: 56.994.502/0001-30

Indústria Brasileira

Fabricado por:

Anovis Industrial Farmacêutica Ltda.,

Taboão da Serra, SP

® = Marca registrada de Novartis AG,

Basileia, Suíça.

VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA**Esta bula foi aprovada pela Anvisa em 06.03.2018.**

BPL 05.02.18

2017-PSB/GLC-0910-s

VP6

4017382 BR



Laetus: 1048

Fonte: Bulas dos remédios Cataflam e Diclofenaco Potássico.

Dentre as construções linguísticas presentes nos enunciados, podem-se citar: a) verbos na 1ª, 2ª e 3ª pessoas; b) linguagem referencial e apelativa; c) aposto explicativo; d) coesão referencial e sequencial; e) modalizações; f) articuladores textuais; g) perguntas retóricas; h) denominações (“Cataflam” e “diclofenaco potássico”); i) metonímias e eufemismos; j) repetições de termos e expressões linguísticas.

Feito isso, o professor pode levar os alunos a verificar os possíveis efeitos de sentido produzidos por essas escolhas linguísticas do enunciador das bulas. Para isso, será necessário sair do enunciado e mergulhar na enunciação, isto é, no lugar da intencionalidade, do contexto de produção, da interação com o outro, do conhecimento de mundo, das estratégias argumentativas; enfim, de tudo o que engloba a situação comunicativa.

Antes, contudo, é necessário que os alunos ativem seu repertório prévio a respeito do gênero *bula de remédio*, cuja linguagem, como se sabe, deve ser o mais objetiva possível, a fim de evitar leituras polissêmicas. Por isso, o professor pode ressaltar a característica referencial desse gênero discursivo, levando os alunos a identificar marcas linguísticas, como: “*Este medicamento é contraindicado para o uso por pacientes...*” (Fig. 1); “*Não tem nenhum efeito na causa da inflamação...*” (Fig. 2). A partir daí, é interessante que o professor leve os alunos a refletirem sobre a imagem que se tem do texto predominantemente objetivo: um texto neutro e impessoal, como se o locutor não interferisse no que ele diz. Essa reflexão pode ser encaminhada com base nas orientações feitas tanto por Koch (2004) quanto por Fiorin (2009). Ambos defendem que todo discurso tem um veio de argumentatividade que, por ser inerente ao ser humano, atravessa toda e qualquer atividade discursiva. Dessa forma, o mito da neutralidade impetrado às bulas de remédio, em geral, serve para mascarar o poder persuasivo que esses textos têm, uma vez que eles demonstram carregar muito mais uma função injuntiva e apelativa, do que referencial ou informativa.

No caso das Bulas de remédios 1 e 2 (Fig. 1 e Fig. 2), o professor pode instigar, nos alunos, a busca pela intencionalidade do enunciador e suas estratégias argumentativas, levando-os a perceber como as estruturas linguísticas podem estar comprometidas com uma dada visão do produto/dos sujeitos envolvidos na interação, e

é nessa visão que o enunciador expressaria a sua subjetividade. A seguir, professor e alunos podem mergulhar na enunciação.

Quanto à estrutura composicional, as Bulas 1 e 2 (Fig. 1 e Fig. 2) se organizam por meio dos seguintes elementos aprovados pela ANVISA, em 2009: “Apresentação”; “Composição”; “Informações ao paciente” (nas quais se incluem informações técnicas, precauções e advertências, interações medicamentosas, posologia e superdosagem); e “Dizeres Legais”.

Quanto à forma de o enunciador se apresentar no enunciado, é preciso chamar a atenção dos alunos para o fato de o enunciador da Bula 1 (Fig. 1) iniciar a produção do seu texto com a palavra “NOVARTIS” (grafada em letras maiúsculas), que é o nome do laboratório que produz o medicamento Cataflam. Essa forma de se mostrar no enunciado, por meio da identidade institucional e com o auxílio de um recurso gráfico, ajudaria a reforçar o direito de o enunciador pronunciar-se. Por outro lado, o enunciador da Bula 2 (Fig. 2) abre seu texto com o sintagma “*diclofenaco potássico*”, que é o nome da substância ativa (diclofenaco potássico), que aparece grafada com letras minúsculas, em negrito. Nota-se, assim, que o enunciador da Bula 2 (Fig. 2) dá maior destaque ao conteúdo temático do que à sua identidade institucional, já que utiliza “diclofenaco potássico” como carro-chefe do seu projeto de dizer.

Quanto à denominação do produto, o enunciador da Bula 1 (Fig. 1) articula seu dizer, posicionando o nome, com letras maiúsculas, negritadas, ao lado do símbolo de propriedade intelectual: *CATAFLAM®*, revelando sua preocupação em produzir efeitos de credibilidade para o produto e, com isso, aumentar o grau de aceitabilidade (MARCUSCHI, 2008, p. 127) em seu enunciatário. Já o enunciador da Bula 2 (Fig. 2) seleciona a expressão “Medicamento genérico – Lei nº 9.787 de 1999”, com letras minúsculas, sem negrito. Para conferir credibilidade a um medicamento considerado “genérico”, isto é, que não corresponde ao original, e que, devido a tal rotulação, ainda é alvo da desconfiança de muitos consumidores, o enunciador traz para o seu enunciado a Lei que autoriza a comercialização de medicamentos genéricos. Essa referência jurídica equivaleria à tentativa de construir, para um produto genérico, efeitos de credibilidade que o aproximem, qualitativamente, do produto original.

Quanto à apresentação do medicamento, verifica-se que o enunciador da Bula 1 (Fig. 1) o faz de forma mais compacta, denotando uma menor preocupação com o grau de informatividade. O enunciador da Bula 2 (Fig. 2), ao contrário, constrói um enunciado mais longo, formado por sintagmas preposicionais (“comprimido revestido de 50mg”; “embalagem com 20 comprimidos”) e, também, pela repetição do substantivo “comprimido” e do adjetivo “revestido”, que aparecem flexionados ora no singular, ora no plural. Essa repetição de termos faz parte da coesão referencial, que tem por função se referir ao objeto-de-discurso e fazer o fluxo informacional caminhar; progredir, dando destaque ao objeto. Para Antunes (2005, p. 70), essa estratégia de “fazer reaparecer no texto” determinadas informações não constitui uma irregularidade textual, mas um recurso reiterativo que, no caso das bulas em análise, permitiria ao enunciador enfatizar um aspecto qualitativo do produto.

Ao falar da composição do medicamento, o professor pode destacar que tanto o enunciador da Bula 1 (Fig. 1), quanto o enunciador da Bula 2 (Fig. 2) preocupam-se em dar uma organização didática às informações sobre os elementos que compõem, respectivamente, as drágeas de Cataflam® e os que compõem os comprimidos revestidos do diclofenaco potássico. Nesse ponto, observa-se a necessidade de o consumidor/leitor acessar seus conhecimentos prévios a respeito da diferença semântica e pragmática entre drágeas e comprimidos revestidos⁷, para que os interlocutores validem entre si os saberes compartilhados.

Ao longo dos enunciados das Bulas 1 e 2 (Fig. 1 e Fig. 2), é possível notar, ainda, uma interessante mescla de pessoas do discurso. Por meio das marcas da 3ª. pessoa (modo indicativo), o enunciador se refere, de forma mais impessoal, ao

⁷ *Comprimidos revestidos* são envoltos externamente por uma película que confere proteção à composição, mascarando sabor e odor ou, ainda, protegendo o estômago da ação irritante do medicamento. *Drágeas* têm forma semelhante ao comprimido revestido; ela passa por um processo chamado drageamento, que é um revestimento formado por açúcar, usado para garantir maior estabilidade do composto e mascarar o sabor do pó. Como contém açúcar, diabéticos devem utilizar medicamentos em drágeas com cautela. (Adaptado) Disponível em: [<https://www.unimed.coop.br/web/blumenau/noticias-unimed1>]. Acesso em: 30 mar. 2022.

medicamento; por meio das marcas de 2ª. pessoa (modo imperativo), ele fala diretamente com o enunciatário; e por meio da 1ª. pessoa (modo indicativo), o enunciador faz uso de perguntas retóricas, as quais serão tratadas mais abaixo. Essa “dança” de pessoas na superfície dos respectivos enunciados parece apontar para um fator pragmático da textualidade: a intencionalidade, que está presente nos procedimentos, nas orientações, nas instruções, nas advertências e nas indicações dos textos que tratam das soluções medicamentosas.

Além disso, a trama formada com as pessoas do discurso demonstra o empenho do enunciador em não só informar, mas também em influenciar o outro. Como nem sempre isso é feito de forma totalmente explícita, uma vez que o gênero discursivo *bula* caracteriza-se, tradicionalmente, pelo apagamento do sujeito locutor, é necessário que o enunciador se muna de recursos linguístico-pragmáticos para atingir sua intenção. É o que acontece quando ele se projeta, mais timidamente, por meio da 1ª. pessoa; e de forma mais contundente, por meio das 2ª e 3ª pessoas.

Ao operar com a 1ª. pessoa, o enunciador das Bulas 1 e 2 (Fig. 1 e Fig. 2) se mostra explicitamente no seu enunciado. É o que acontece quando, por meio de perguntas retóricas, ele seleciona verbos de 1ª. pessoa para falar com o sujeito leitor: “Quando não *devo usar* este medicamento?” e “O que *devo saber* antes de usar este medicamento?”. Essa seleção revela, no texto das duas bulas, a subjetividade do enunciador durante o processo de interlocução. Cabe mencionar também que, nesse processo, que ocorre, sobretudo, nas perguntas/respostas das bulas analisadas, há uma posição de transcendência do enunciador sobre o enunciatário, já que o primeiro é responsável pela constituição do segundo; ou seja, o locutor, ao se projetar no enunciado, instala obrigatoria e simultaneamente um “tu” com quem dialoga. Essa posição de transcendência ganha maior visibilidade quando o locutor marca-se como sujeito do enunciado, como acontece nas perguntas retóricas mencionadas.

Ao operar com a 2ª pessoa, o enunciador das Bulas 1 e 2 (Fig. 1 e Fig. 2) continua querendo manter um diálogo discursivo com o enunciatário (sujeito leitor). Dentre as estratégias linguísticas utilizadas, é possível encontrar uma insistente repetição, ao longo de todo o texto, do pronome “você”, como estratégia de aproximação com o interlocutor; dos verbos no imperativo afirmativo e negativo, como

forma de orientar o interlocutor sobre os modos de interação com o produto; da expressão “seu médico”, a fim de trazer para a enunciação o sujeito que detém a autoridade médica; e da expressão “se você”, como um recurso retórico na tentativa de levar o paciente a ter uma atenção cuidadosa para com a ingestão medicamentosa.

Essa estratégia argumentativa, com base na recorrência dos termos citados, tem por intenção “martelar na mente do leitor/ouvinte até que ele se deixe persuadir” (Koch & Elias, 2016a, p. 101). Essas repetições, que ecoam no enunciado das bulas analisadas, funcionam como uma estratégia de progressão textual que leva o leitor a acompanhar o raciocínio do autor, tornando a leitura mais fluida e clara. Além disso, elas também nos levam a pensar num “enunciador que tem por finalidade interpelar diretamente o alocutário, envolvendo-o em uma interlocução” (Emediato, 2007, p. 139). Nessa perspectiva, a teoria benvenistiana preconiza que o eu/tu são únicos numa dada enunciação e podem desempenhar a reversibilidade de papéis discursivos, ou seja, o EU pode tornar-se o TU, e o TU pode tornar-se EU.

Ao operar com a 3ª. pessoa, o enunciador revela sua intenção de não somente informar sobre o produto, mas também transferir, para o paciente, a responsabilidade em relação a possíveis comprometimentos advindos do consumo do medicamento. Para apagar-se do enunciado, ele veste a máscara da objetividade por meio da seleção de construções verbais, tais como: “pode ser utilizado”; “é indicado”; “Pacientes idosos podem reagir”.

Além disso, entre as diversas possibilidades de análise linguística, que a enunciação das bulas proporciona, estão presentes outras marcas de subjetividade, manifestadas através da modalização, da polifonia, do uso dos adjetivos e dos advérbios que não só demarcam o modo da ação dos verbos, como também reafirmam a posição apelativa do enunciador, como vemos nos exemplos: “Você *deve guardá-la...*”; “Cataflam *pode ser utilizado...*”.

Quanto ao uso frequente dos adjetivos (*grave, agudo, curto, inflamatórias, adversos*, etc.) e advérbios (*adequadamente, atentamente, gravemente, cuidadosamente, imediatamente*, etc.), os alunos podem aprender que eles são mais um efeito de discurso que um simples efeito de língua. O enunciador, ao se apropriar da língua, através das categorias gramaticais, deixa marcas em seu enunciado, isto é, revela, muitas vezes, a

sua forma de pensar face ao fato que enuncia. Nesse caso, os adjetivos e advérbios viriam a se enquadrar, nas bulas analisadas, como modalizadores discursivos, já que o que importa para o sujeito falante é manifestar suas intenções e atitudes perante os enunciados que produz (Koch, 2004, p. 85). Dessa forma, ele vai deixando “pistas” ou instruções de reconhecimento do efeito de sentido que pretende alcançar. Além disso, cabe apontar que no uso dos adjetivos, como nas construções “insuficiência *grave*”; “prazo *curto*”; “quadro *agudo*”, percebe-se um apagamento do verbo *ser*: a insuficiência (*é*) grave; o prazo (*é*) curto; o quadro (*é*) agudo, possibilitando, assim, uma maior ênfase nos adjetivos. Para Maingueneau (2008), nesses casos, o adjetivo funciona como expressão de modalidade.

Além da modalização, há também outras formas de o sujeito manifestar-se subjetivamente na língua. Uma delas é através das figuras retóricas, que são importantes recursos para prender a atenção do receptor naqueles argumentos articulados pelo discurso (Citelli, 2006, p. 21). Duas delas ganham destaque nas bulas analisadas: a metonímia e o eufemismo. Ambas, funcionam como recursos de persuasão, criando novos sentidos capazes de atrair a atenção do sujeito-leitor. Sendo assim, para reforçar/promover o uso do medicamento de referência, os enunciadores utilizam, recorrentemente, a *metonímia*: “antes de tomar *Cataflam*...”.

Outra figura retórica presente nas Bulas 1 e 2 (Fig. 1 e Fig. 2), é o *eufemismo*, que procura atenuar/suavizar os sentidos de alguns termos geralmente considerados desagradáveis, substituindo o termo ofensivo/grosseiro por outras palavras mais amenas/polidas. Cabe ao professor levar os alunos a perceber a possível intencionalidade do sujeito falante ao recorrer a esse tipo de linguagem figurada: não chocar o seu interlocutor. Por isso, ao invés de os enunciadores das bulas dizerem: *antidepressivo* ou *transtorno de personalidade*, eles enunciam: “inibidores seletivos da receptação de serotonina”.

No final do texto das Bulas 1 e 2 (Fig. 1 e Fig. 2) estão os “Dizeres Legais”, que funcionam como uma espécie de assinatura institucional. Ela é constituída das seguintes informações: nome do Laboratório; endereço; número de registro no Ministério da Saúde; nome do farmacêutico responsável; nome do fabricante; data de aprovação da bula pela Anvisa. Como a Bula 1 corresponde ao medicamento de referência e a Bula 2

(Fig. 2), ao genérico, essas “assinaturas” possuem dados técnicos particularizantes, o que as diferencia uma da outra.

Faz-se necessário salientar que, em ambas as bulas, o campo temático, a estrutura composicional e o estilo são praticamente iguais, o que pode ser explicado pela regulação imposta pela ANVISA ao gênero bula. Por isso, o que as distingue de forma mais contundente são justamente os componentes “Apresentação”, que abre o texto, e os “Dizeres Legais”, que fecha o texto. Desse modo, pode-se dizer que é na abertura e no fechamento das Bulas 1 e 2 (Fig. 1 e Fig. 2) que o enunciador sofre menos coerções enunciativas.

Feita a leitura da camada mais submersa do enunciado das Bulas 1 e 2 (Fig. 1 e Fig. 2), o professor pode levar os alunos a compreenderem que os arranjos linguísticos selecionados pelos respectivos locutores mostram a variedade de recursos oferecidos pela língua na construção de textos pertencentes a esse gênero discursivo. Afinal, como já foi dito, os textos das bulas de remédio são considerados como *objetivos* devido ao seu caráter predominantemente informativo. No entanto, a leitura da camada mais submersa do enunciado dos textos das Bulas 1 e 2 (Fig. 1 e Fig. 2) revelou que o enunciador, embora tenha procurado se ausentar do discurso, não conseguiu apagar, completamente, as marcas da sua subjetividade no enunciado. Ora, cada vez que um falante da língua escolhe dizer X e não Y é porque, nesta escolha, existe uma intencionalidade bem definida. Por isso é que a língua oferece tantos recursos de expressão diferentes.

A seguir, os alunos podem ser levados a algumas conclusões, como, por exemplo: a) apesar de os respectivos produtores das bulas colocarem-se, no interior do enunciado, como não participantes da enunciação, eles vão deixando, na superfície textual, as marcas da sua subjetividade; b) o consumidor é mais importante do que a informação, uma vez que as construções linguísticas selecionadas revelam a língua a serviço da aceitabilidade, isto é, da adesão a um determinado projeto de dizer; c) o gênero “bula de remédio” pertence ao grupo de textos instrucionais que não possui somente o objetivo de orientar o leitor para os conteúdos informacionais transmitidos, mas, sobretudo, o de agir sobre o comportamento do consumidor, em função das

articulações linguísticas de quem escreve; d) ler é descobrir o que está por trás das palavras e frases de um texto.

Dessa forma, acreditamos que, ao se depararem com o gênero “bula de remédio”, os alunos, sejam de qualquer segmento de ensino, poderão fazer uso dos componentes da língua nas diversas práticas sociais que envolvem tanto a leitura quanto a produção escrita, já que esse alunado circula em meios sociais diversos. Isso poderá exigir dele uma competência comunicativa e textual para entender todos os componentes que envolvem não só a língua como também os gêneros discursivos (conteúdo temático, construção composicional e estilo).

Não foi possível, nos limites deste artigo, abordar todos os pormenores (linguísticos, discursivos, argumentativos) que envolvem a relação do sujeito com o enunciado. Por isso, fizemos um recorte ao escolher os conceitos da categoria de pessoa e de subjetividade bem como as suas marcas no discurso para analisar a construção do sentido nas bulas de remédio.

Sendo assim, uma vez realizada a atividade de leitura que partiu do enunciado para enunciação, iremos elaborar, na próxima seção, uma atividade de produção textual, a fim de que o professor mostre aos alunos que as categorias linguístico-discursivas são capazes de gerar efeitos de subjetividade e objetividade com base em critérios de textualidade e argumentação.

Proposta de atividade de leitura e produção textual

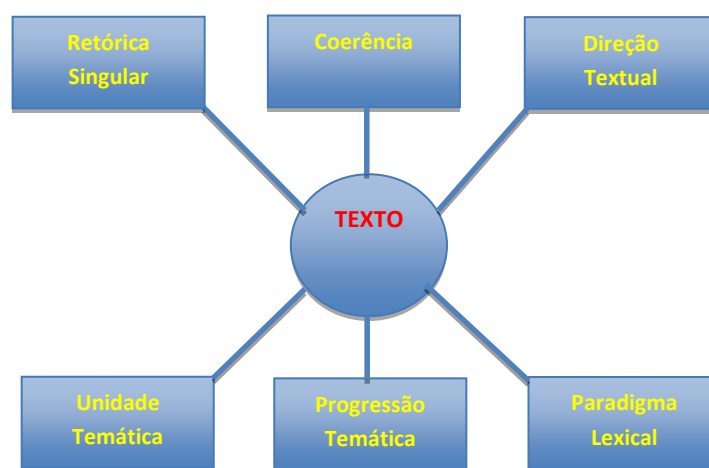
Em muitos textos formais e informais, palavras se apresentam com a finalidade de nos mostrar um mundo de significados possíveis e renováveis. Um dos mecanismos linguísticos utilizados pelos usuários da língua vem a ser a *repetição*, de acordo com Antunes (2005). Por muitas vezes, ela se apresenta recursivamente como paráfrase, paralelismo ou como repetição propriamente dita.

No caso deste capítulo, as bulas de remédio demonstram, de forma textual, a potencialidade desse recurso na construção argumentativa. Mais do que um efeito sintático, uma marcação de um contraste, uma correção, uma quantificação, uma

continuidade do tema, a *repetição* no gênero textual “bula de remédio” tem uma funcionalidade para a garantia da sua textualidade.

Sua tarefa é apontar, no diagrama abaixo (Diag. 1), quais elementos constituintes estão intrinsecamente associados à *repetição*, no processo de construção textual das “bulas”, e, em seguida, explicar o funcionamento linguístico de cada um deles.

Diagrama 1: Elementos diretivos da construção textual



Fonte: elaborado pelos autores do presente artigo.

A intenção da proposta de atividade acima é que o alunado entenda que a *repetição*, além de ser um recurso retórico/argumentativo como já dito, ela é um elemento importantíssimo para o estabelecimento da coesão textual. A repetição garante os movimentos de continuidade ou retroação no texto (Koch; Elias, 2016, p. 85).

Considerações finais

Retomando a ideia da insatisfação com o desempenho linguístico-discursivo dos nossos alunos, sobretudo dos concluintes do Ensino Médio, é que reiteramos a necessidade de estarmos continuamente envolvidos com práticas de ensino linguístico e atividades didático-textuais que envolvam a interação e a “descoberta” dos mecanismos linguísticos disponíveis para o desenvolvimento sócio/cognitivo/textual dos aprendizes da língua.

Mais do que “descobrir a roda”, o grande intuito é fazê-la girar. É dialogar, interagir, discutir, pensar e repensar *como* essa língua funciona e *como* os alunos podem se tornar comunicadores eficientes, leitores e escritores hábeis e proficientes no seu próprio idioma. Chegamos à conclusão de que não se pode pensar apenas no que é ou no que deixa de ser. É preciso que pensemos no *como* fazer. Já se foi o tempo em que saber muito dava ao sujeito um prestígio social. Agora, mais do que nunca, devemos refletir sobre *como* saber, *como* ensinar a língua e *de que maneira* ela chega ao aprendizado dos alunos. Ninguém precisa saber todas as regras gramaticais, mas deve saber *como* empregá-las. Aí está o “grande barato linguístico”. Se assim fizermos, o efeito e o resultado serão outros, bem melhores, e a satisfação será garantida.

Assim como Koch e Elias (2016b), consideramos que os aprendizes da nossa língua estão situados sócio-histórica e culturalmente, e que os conhecimentos são múltiplos. Nesse contexto, temos a possibilidade de o texto apresentar muito mais do que revela a sua materialidade linguística, fazendo os sujeitos linguísticos “curiosos” desvelarem os sentidos textuais e as multífaces do discurso.

Nesse sentido, acreditamos que, com um pouco da Teoria de Benveniste, no que ela tange às categorias de pessoa, e alguns conceitos da Linguística Textual, propusemos, por meio da articulação enunciado/texto/discurso, algumas reflexões que nos fazem acreditar que é possível vislumbrar um leitor e um produtor de textos conectado com uma concepção pragmático-cognitiva da textualidade.

Referências

ANDRADE, I. Q. de. Uma aplicação da categoria de pessoa da teoria da enunciação de Émile Benveniste. *SoLetras - Revista do Departamento de Letras da FFP/UERJ*. Rio de Janeiro, Número 30, jul-dez 2015. Disponível em: [<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/viewFile/19548/15929>]. Acesso em: 23 mar. 2020.

ANTUNES, I. **Lutar com Palavras: Coesão e Coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. 3ed. São Paulo: Pontes, 1989.

BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. 3ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3ed. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. 16ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

EMEDIATO, W. **A Fórmula do Texto: Redação, Argumentação e Leitura**. São Paulo: Geração Editorial, 2007.

FIORIN, J. L. **Elementos de Análise do Discurso**. 14ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FRADE, C. **A redação de bulas para o paciente** - Um guia com os princípios de redação clara, concisa e acessível para o leitor de bulas. UFRJ, 2004.

MILLÉO, A. Estudo relaciona uso de anti-inflamatório mais vendido no mundo a problemas no coração. **Jornal eletrônico Gazeta do Povo**, Saúde e Bem-Estar - Viver Bem, Paraná, 6 set. 2018. Disponível em: [<https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/saude-e-bem-estar/estudo-relaciona-remedio-anti-inflamatorio-problemas-coracao>]. Acesso em: 07 abr. 2020.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, I. G. V. & ELIAS, V. **Escrever e Argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016a.

KOCH, I. G. V. & ELIAS, V. O Texto na Linguística Textual. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **O texto e seus conceitos**. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016b.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORLANDI, E. P. **O que é Linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2012. Coleção Primeiros Passos. n. 184.

SILVA, M. da. **Repensando a leitura na escola: um outro mosaico**. 4ed. Niterói, RJ: EduFF, 2010.

UNIMED COOPERATIVA DE BLUMENAU. Disponível em: [<https://www.unimed.coop.br/web/blumenau/noticias-unimed1>]. Acesso em: 31 mar. 2020.

SOBRE OS AUTORES

FABIO ANDRÉ CARDOSO COELHO

Professor Adjunto de Língua Portuguesa, do Instituto de Letras, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutor em Letras, pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), na Linha de Pesquisa: Linguagem em Novos Contextos, sob a Supervisão da Profa. Dra. Vanda

Elias (2020/2022). Doutor em Língua Portuguesa, pela Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ-2010/2013). Mestre em Literatura Portuguesa, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (UERJ-2005). Tem experiência na área de Letras e outras áreas, atuando principalmente nos seguintes temas: língua portuguesa, linguística textual, leitura, produção textual, metodologia de ensino de língua portuguesa, prática de ensino de língua. Professor pesquisador dos Grupos de Pesquisa "Descrição e Ensino de Língua: Pressupostos e Práticas" (CNPq), liderado pelo Prof. Dr. Cláudio Cezar Henriques (UERJ) e Profa. Dra. Maria Teresa Gonçalves Pereira (UERJ), e "Texto, Hipertexto e Ensino de Língua Portuguesa (THELPO)" (CNPq), liderado pela Profa. Dra. Vanda Elias (UNIFESP). Líder do "Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Textual (GEPELT/UFF)" (CNPq). Contato: fabiocoelho1976@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8667782812462850>

IVANA QUINTÃO DE ANDRADE

Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) desde abril de 2019. Linha de pesquisa: Teorias do texto, do discurso e da interação. Tem graduação e especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense; e mestrado em Linguística, também pela UFF. Atua como professora de Língua Portuguesa e Produção Textual em escola da rede pública de São Gonçalo (RJ). Colabora na Revista Gragoatá (UFF) como revisora de artigos. Integra o Grupo de Pesquisa Leitura, Fruição e Ensino (GPLeiFEn)/UFF, desde 2015; e o Grupo de Pesquisa em Linguística Textual (GEPELT)/UFF, desde 2020. Contato: ivanaquintao@id.uff.br
<http://lattes.cnpq.br/7810063313304874>

JANINE MARIA ROCHA DA SILVA

Possui Graduação em Letras (Português/ Inglês) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001), mestrado (2012), doutorado (2019) e pós-doutoranda (2023) em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde integra o Grupo de Pesquisa em Linguística Textual (GEPELT)/UFF. Atualmente, é professora da Prefeitura Municipal de Miguel Pereira, onde exerce também a função de vice-presidente do Conselho Municipal de Educação, e professora da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Possui experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa. Além disso, atua também como revisora de textos ligados às áreas de Engenharia e Designer e como professora em cursos preparatórios militares e concursos públicos. Contato: janine_maria76@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/5052106367828443>